As notices da MAS: PSN01, PSN02 e a notice DTSP

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Os deveres operacionais de PLD/FT (AML/CFT) de um negócio de DPT (digital payment token, token de pagamento digital) estão estabelecidos em notices da Monetary Authority of Singapore (MAS) expedidas com base no Payment Services Act (PSA, a lei de serviços de pagamento). A MAS Notice PSN01 (Prevention of Money Laundering and Countering the Financing of Terrorism – Specified Payment Services) aplica-se à emissão de contas, à transferência de dinheiro doméstica e transfronteiriça, ao credenciamento de estabelecimentos comerciais (merchant acquisition) e à emissão de moeda eletrônica. A MAS Notice PSN02 (Prevention of Money Laundering and Countering the Financing of Terrorism – Digital Payment Token Service) aplica-se a todo titular de licença de serviços de pagamento que preste um serviço de DPT e aos prestadores isentos durante seus períodos de transição.[1] Ambas as notices foram expedidas em 5 de dezembro de 2019 e entraram em vigor em 28 de janeiro de 2020, data de início de vigência do PSA. Ambas foram revisadas desde então. As revisões da PSN02 acompanharam a ampliação do perímetro de DPT descrita na Parte K, Capítulo I.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Os prestadores de serviços de tokens digitais (digital token service providers, DTSP) licenciados nos termos da Parte 9 do Financial Services and Markets Act 2022 (FSMA, a lei de serviços e mercados financeiros), regime que entrou em vigor em 30 de junho de 2025 para prestadores que atendem apenas clientes fora de Singapura, estão sujeitos a uma notice paralela, expedida com base no FSMA, de conteúdo substancialmente idêntico.[2] O ponto prático é que a MAS aplicou um único padrão de PLD/FT em todo o perímetro de DPT, independentemente de qual lei fundamenta a licença. Quem conhece a PSN02 conhece a notice DTSP.

A força jurídica de uma notice

Uma notice da MAS é, em substância, legislação subordinada, embora não seja publicada no diário oficial como regulamento. A seção 102 do PSA autoriza a MAS a expedir ordens e notices escritas aos licenciados, e o descumprimento é crime punível com multa e, em caso de violação continuada, com multa diária.[3] A MAS normalmente não processa penalmente a violação de uma notice. Ela transaciona a infração (aceita um valor em lugar do processo penal), aplica advertência, impõe condições à licença ou, nos piores casos, revoga a licença. O Capítulo VII desta Parte expõe o histórico de sanções.

A estrutura que confunde os leitores estrangeiros é a relação entre uma notice e suas guidelines. Cada notice de PLD/FT é acompanhada de MAS Guidelines (para a PSN02, as Guidelines to Notice PSN02 on Prevention of Money Laundering and Countering the Financing of Terrorism – Digital Payment Token Service).[4] As guidelines dizem expressamente que não têm força de lei. Ainda assim, os inspetores da MAS as utilizam como o padrão pelo qual os controles são medidos. A empresa que se afasta delas deve ser capaz de explicar por que sua própria abordagem alcança o mesmo resultado. O leitor suíço reconhecerá o método das circulares da FINMA, com uma diferença: as circulares da FINMA são formalmente vinculantes para a instituição supervisionada, como interpretação do direito pela FINMA, ao passo que as guidelines da MAS são formalmente apenas persuasivas. Na prática, ambas funcionam da mesma maneira.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Instrumento	Emissor e fundamento	Força jurídica	Conteúdo típico
CDSA 1992, TSOFA 2002	Parlamento	Lei penal, vincula todos em Singapura	Crimes, deveres de comunicação, confisco
Regulamentos com base no United Nations Act 2001	Ministro	Legislação subordinada, vincula todos	Sanções e congelamento de ativos
MAS Notice (PSN01, PSN02, notice DTSP do FSMA)	MAS com base no PSA, seção 102 / FSMA	Vinculante para os licenciados, a violação é crime	CDD, guarda de registros, procedimentos de STR, política do grupo
MAS Guidelines a uma Notice	MAS	Não vinculantes, mas o parâmetro das inspeções	Como aplicar a notice, exemplos, sinais de alerta
MAS Circulars e Information Papers	MAS	Não vinculantes	Constatações temáticas, expectativas, boas práticas
MAS FAQs	MAS	Não vinculantes	Interpretação de questões específicas

Notas

1. MAS Notice PSN01 e MAS Notice PSN02, ambas expedidas em 5 de dezembro de 2019, com efeitos a partir de 28 de janeiro de 2020, data de início de vigência do Payment Services Act 2019; ambas foram alteradas várias vezes, inclusive para refletir as alterações do PSA de 2021 e a ampliação da definição de DPT em 2024. ↩
2. MAS Notice on Prevention of Money Laundering and Countering the Financing of Terrorism – Digital Token Service Providers, expedida com base na Parte 9 do FSMA, com efeitos a partir de 30 de junho de 2025; ver Parte K, Capítulo V, sobre o regime DTSP. Identificador da notice: FSM-N27. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

3. PSA 2019, seção 102 (ordens e notices), em conjunto com as disposições penais da mesma Parte; a MAS tem, além disso, poder para transacionar infrações (compound) nos termos do PSA. ↩
4. MAS Guidelines to Notice PSN02, expedidas pela primeira vez em 16 de março de 2020 e revisadas desde então; as Guidelines afirmam que não são juridicamente vinculantes, mas que a MAS levará em conta seu cumprimento ao avaliar a conduta do licenciado. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com